



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - www.mpes.gov.br

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Ata de Registro de Preços MP n.º 039/2018**

**Processo n.º 2018.0006.9127-27**

**Pregão Eletrônico n.º 048/2018**

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.304.470/0001-74, com sede na Rua Procurador Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121, Santa Helena, CEP 29055-036, Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **EDER PONTES DA SILVA**, portador da CI nº 434.986/SSP-ES e CPF nº 734.643.767-53, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, sob nº 048/2018, publicada no DOES do dia 01/08/2018, bem como, a classificação das propostas publicada no DOES de 29/08/2018, e a respectiva homologação conforme fls. 154, do processo n.º 2018.0006.9127-27, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.361.387/0001-07, localizada à QS 03, Lote 03, Sala 716, Torre Sul, Ed. Pátio Capital, Águas Claras, Brasília – DF, CEP.: 71953-000, neste ato representado pela Sra, **MICHELE LEMOS TRINDADE SOUSA**, CI nº 3.625.148 SSP/DF e CPF nº 008.969.461-93, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Quadra QNO 11, Conjunto N SN, Lote 45, Setor O, Ceilândia, CEP.: 72255-114, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02, Lei Complementar 123/06, Decreto Estadual nº 1.790-R, de 24 de janeiro de 2007, Decreto Estadual nº 2.458-R/2010 e Resolução MP-ES nº 051 de 25 de julho de 2014 (DOE 28 de julho de 2014), demais normas pertinentes e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual prestação de serviços de organização e produção de eventos, com disponibilização de apoio logístico e infraestrutura, para atendimento às demandas da Assessoria de Cerimonial e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP-ES, conforme especificado no Anexo Único desta Ata e no Anexo I do Edital de Registro de Preços nº 048/2018, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas, conforme consta nos autos do processo nº 2018.0006.9127-27.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo Único da Ata de Registros de Preço nº 039/2018, e nele estão incluídas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

2.2. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.

2.3. A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

3.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

b) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3. Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.

3.6. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

3.7. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.8. Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.9. Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1. Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2. O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão do Procurador-Geral de Justiça.

4.3. O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular,



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

- 4.4. Da decisão do Procurador-Geral de Justiça se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.
- 4.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.
- 4.6. A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia, após a apresentação da fatura/nota fiscal, devidamente aceita pelo CONTRATANTE, contados do recebimento definitivo, vedada a antecipação e, após essa data, será paga multa financeira nos seguintes moldes:

$$V.M = V.F \times 12 \times ND \\ 100 \quad 360$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

- 5.2. O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura por evento realizado.
- 5.3. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.
- 5.4. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei n.º 4.320/64, assim como na Lei Estadual n.º 2.583/71 e alterações posteriores.
- 5.5. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo Contratante.
- 5.6. Os pagamentos serão efetuados somente após a comprovação da Regularidade Fiscal, mediante apresentação, junto às notas fiscais/faturas, de cópias das Certidões Negativas de débito com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista, INSS e FGTS.
- 5.7. O pagamento será efetuado obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93.
- 5.8. O pagamento será efetuado de acordo com os produtos/serviços efetivamente entregues,



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

sendo expressamente vedado o pagamento adiantado.

5.9. Deverão ser observadas, ainda, as demais disposições previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA**

6.1. O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil posterior a publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, vedada a sua prorrogação.

6.2. O prazo de vigência das contratações decorrentes desse Registro de Preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento, e como termo final o recebimento definitivo dos materiais pela Administração, observados os limites e prazos de entrega fixados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 048/2018, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia dos bens adquiridos.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de fornecimento.

### **8. CLÁUSULA OITAVA – DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO**

8.1. A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal n.º 8.666/93.

8.2. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 03 (três) dias úteis, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento em caso de negativa.

8.3. A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4. Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

### **9. CLÁUSULA NONA – DOS REQUISITOS, PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/SERVIÇOS**

9.1. Os requisitos, prazos e especificações dos produtos/serviços seguem o disposto no Termo



de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n. ° 048/2018.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **10.1. Compete à Contratada:**

- a) Coordenar, planejar, executar e acompanhar todas as etapas do evento, desde a concepção até a avaliação final dos resultados, articulando diretamente com o coordenador responsável da CONTRATANTE;
- b) Realizar os serviços dentro dos prazos ajustados pela CONTRATANTE, cumprindo os horários estabelecidos, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- c) Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela CONTRATANTE, por meio de profissionais qualificados, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição aqui estabelecida;
- d) É de única responsabilidade da CONTRATADA providenciar o transporte dos recursos para o local designado pela CONTRATANTE, assim como, guarda, montagem, instalação, testes, manuseio e desmontagem dos equipamentos contratados;
- e) É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de impostos e encargos trabalhistas provenientes dos serviços contratados;
- f) Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei n. ° 8.666/93 e alterações;
- g) Não disponibilizar empregados, em funções de chefia, que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução n. ° 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- h) Observar as demais disposições previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### **10.2. Compete ao Contratante:**

- a) Pagar à CONTRATADA o preço estabelecido na Cláusula Segunda, de acordo com a proposta apresentada e nos termos deste Contrato;
- b) Rejeitar os serviços/produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações do Termo de Referência e seus Anexos;
- c) Prestar à contratada toda e qualquer informação por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

- d) Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção;
- e) Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei n.º 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos produtos adquiridos.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Além das sanções estabelecidas no edital e na legislação pertinente, sujeita-se a CONTRATADA a penalidades de multa para as seguintes ocorrências, nos percentuais indicados:

- a) Não cumprimento do prazo de apresentação da proposta de espaço para realização do evento: 20% (vinte por cento) do valor da diária de locação solicitada;
- b) Não cumprimento do prazo de apresentação de nova proposta de espaço para realização do evento após reprovação de espaço anterior: 40% (quarenta por cento) do valor da diária de locação solicitada;
- c) Não cumprimento do prazo de instalação e disponibilização da sonorização do evento: 50% (cinquenta por cento) do valor da diária de locação solicitada;
- d) Desatendimento às especificações técnicas dos equipamentos de sonorização: 20% (vinte por cento) do valor da diária de locação solicitada;
- e) Não disponibilização, ou disponibilização em horário parcial, do técnico de sonorização para acompanhar os eventos: 40% (quarenta por cento) do valor da contratação dos equipamentos;
- f) Não cumprimento do prazo de apresentação de profissional mestre de cerimônias para realização do evento: 20% (vinte por cento) do valor da diária solicitada;
- g) Não cumprimento do prazo de apresentação de nova proposta de mestre de cerimônia para realização do evento após reprovação de profissional anterior: 40% (quarenta por cento) do valor da diária solicitada;
- h) Não cumprimento do prazo de apresentação de profissional intérprete para realização do evento: 20% (vinte por cento) do valor da diária solicitada;
- i) Não cumprimento do prazo de apresentação de nova proposta de intérprete para realização do evento após reprovação de profissional anterior: 40% (quarenta por cento) do valor da diária solicitada;
- j) Descumprimento das especificações de fornecimento do serviço de coffee break: 20% (vinte por cento) do valor do serviço contratado;
- k) Descumprimento do prazo de fornecimento dos itens de A&B avulsos (água em copo, água em galão ou café): 20% (vinte por cento) do valor dos itens solicitados;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

- l) Descumprimento do prazo de disponibilização do serviço de coffee break: 20% (vinte por cento) do valor do serviço contratado;
  - m) Não atendimento à solicitação de serviços, caracterizada com o transcorrer de 1 (uma) hora após o prazo de fornecimento determinado: 10% (dez por cento) do valor global do contrato.
- 11.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:
- 11.2.1. Fixa-se a multa de mora em 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), a incidir sobre o valor total do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.
  - 11.2.2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto.
  - 11.2.3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 11.3 desta ARP e na Lei Federal n.º 8.666/93.
- 11.3. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:
- a) Advertência;
  - b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
  - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MP-ES, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
  - e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF.

11.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal n.º 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Assessoria Administrativa do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

11.5. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

11.6. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, havendo cláusula de prestação de garantia, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

11.7. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

11.8. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal n.º 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

### 12. CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

### 13. CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ADITAMENTOS

13.1. A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei n.º 8.666/93, após manifestação formal da Assessoria Administrativa do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

13.2. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da aceitação de fornecimento pelo particular, observado o quádruplo do quantitativo registrado na ata e do cumprimento dos seguintes critérios:

- a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados para o Órgão Gerenciador;
- b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo registrado para o Órgão Gerenciador;
- c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

### 14. CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS

14.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos



termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1. A execução do contrato será acompanhada por gestor, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. O MP-ES poderá exigir e a empresa licitante se compromete a fornecer a qualquer tempo, as composições de custos dos preços unitários propostos onde fiquem evidenciados os seus componentes, tais como: incidência de mão de obra, incidência e composição dos encargos sociais e previdenciários, incidência dos custos materiais, etc.

16.2. As relações entre o MP-ES e a empresa licitante serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

16.3. Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das Partes quanto à infração pela outra Parte de cláusulas ou condições previstas neste ajuste, Termos Aditivos e Ordens de Fornecimento.

16.4. Aplicar-se-á a Lei n.º 8.666/93, com as modificações posteriores e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado aos casos omissos do presente Contrato.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

17.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma.**



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO**

---

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

---

Vitória/ES 31 de agosto de 2018

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**EDER PONTES DA SILVA**  
**Contratante**

**BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA ME**  
**MICHELE LEMOS TRINDADE SOUSA**  
**Contratada**



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Rua Proc. Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121 - Ed. Promotor Edson Machado - Santa Helena  
Vitória, ES - CEP: 29055-036 Tel: (27) 3194 4500 - [www.mpes.gov.br](http://www.mpes.gov.br)

## ANEXO ÚNICO

### LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS/ DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA		VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			MÍN.	MÁX.		
1	Salão para eventos	Diária <sup>1</sup>	01	08	6.500,00	52.000,00
2.1	Sonorização para evento com até 200 participantes	Diária <sup>1</sup>	01	15	550,00	8.250,00
2.2	Sonorização para evento com até 400 participantes	Diária <sup>1</sup>	01	15	950,00	14.250,00
2.3	Sonorização para evento com até 600 participantes	Diária <sup>1</sup>	01	15	1.500,00	22.500,00
3	Mestre de cerimônia	Evento <sup>2</sup>	03	48	900,00	43.200,00
4	Intérprete de Libras	Evento <sup>2</sup>	03	48	850,00	40.800,00
5	<i>Coffee break</i>	Pessoa	60	2.280	32,00	72.960,00
6	Água mineral em copo 200 ml	Unidade	100	5.000	1,20	6.000,00
7	Água mineral em galão 20 l	Unidade	01	24	28,00	672,00
8	Café em garrafa de 3 l	Unidade	04	96	28,00	2.688,00
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>263.320,00</b>
<b>VALOR TOTAL: R\$ 263.320,00 (DUZENTOS E SESSENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS)</b>						